

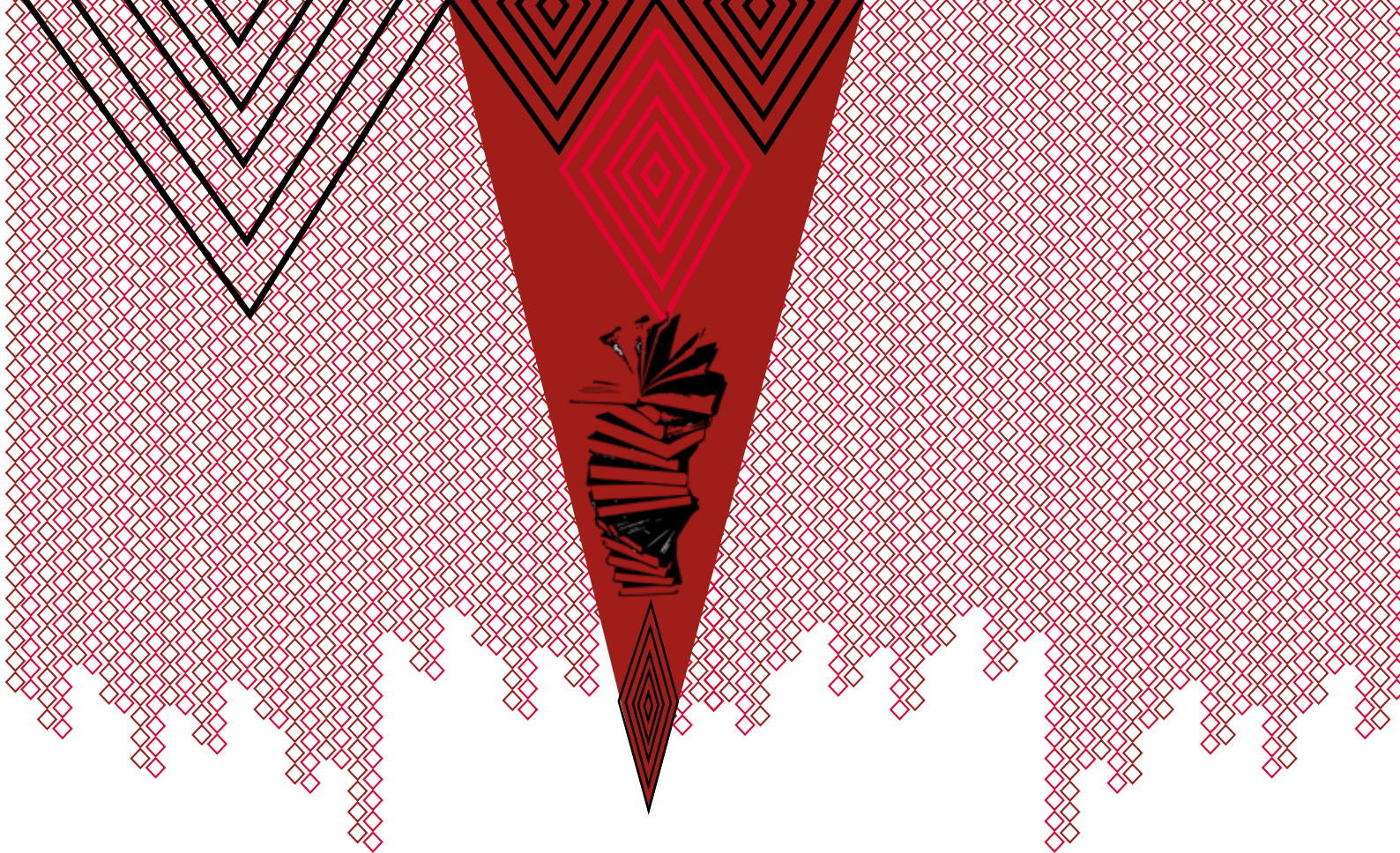


Ilustração: IA / Cassiana Paula Cominato

Sarau das Mulheres

Lívia Barros Martins Pereira

EMEF Vicente Amato Sobrinho – DRE São Miguel



As escolas públicas brasileiras são os territórios mais representativos das disputas narrativas históricas que envolvem as condições de classe, raça e gênero daquelas(es) que as ocupam. São espaços onde pulsam conhecimentos legítimos pertinentes à diversidade de experiências das(dos) estudantes das periferias do Brasil. As Salas de Leitura da Prefeitura de São Paulo, por sua vez, são ambientes de múltiplas possibilidades de acesso à leitura e às diferentes culturas, que perpassam as subjetividades ali presentes. Portanto, nossos espaços de Leitura, que completam 50 anos de existência neste ano (2022), têm se tornado motores de transformações sociais possíveis por intervenção das práticas cotidianas de professores e professoras orientadores(as) de Salas de Leitura.

Compreendendo a literatura como direito humano inalienável, segundo o professor Antonio Candido, buscamos promover o acesso dos(as) estudantes às mais diversas formas de representação. Como educadoras, nos perguntamos o que pode acontecer quando nossas(os) alunas(os), marcadas(os) pela existência racializada e pela exclusão social, se apropriam de projetos literários como os de autoras como Carolina Maria de Jesus, nas obras *Quarto de Despejo* ou *Diário de Bitita*. Perguntamo-nos como a “escrevivência” da poesia de Conceição Evaristo ou a denúncia presente na canção e na voz latente de Elza Soares podem reverberar na escrita desses jovens? De que modo o lirismo das narrativas de infância de Geni Guimarães e o protagonismo de mulheres como Ruth de Souza,

Marta e Djamila Ribeiro podem contribuir para as perspectivas de futuro dessas(es) jovens? E ainda, por que as incríveis narrativas de Heroínas Negras Brasileiras em cordel, de Jarid Arraes, significam um conhecimento de um passado recente tão significativo das lutas das mulheres? Historicamente, sabemos que as representações literárias de mulheres negras produziram estereótipos racializados, subalternizados e hipersexualizados, como nos lembra a professora Fiorentina de Sousa:

Na literatura brasileira, as representações, mais que as discussões, envolvendo gênero e raça são frequentes. Vários escritores, desde o século XIX, desenham perfis de personagens, índias, mestiças e negras ou brancas nos quais o gênero, fenotípia e sexualidade aparecem imbricados - uma imbricação que o determinismo cientificista levará às últimas consequências. (SOUSA, 2018, p. 107)

Acreditamos, portanto, que, na proposição de uma perspectiva subversiva dessas elaborações imagéticas de inferiorização das estéticas negras, especialmente de mulheres pretas, podemos aspirar novas possibilidades de existência.

Nesse contexto pulsante, planejamos a experimentação de obras literárias que possibilitaram a resignificação dos ideários culturais e estéticos que alicerçaram a manutenção do racismo como estrutura de dominação social e cultural nas escolas.

Nesse percurso, a partir da escolha de títulos presentes em nosso acervo, nasceu o projeto **Sarau das Mulheres**, na Sala de Leitura da EMEF Vicente Amato Sobrinho. Localizada no extremo leste da Cidade de

São Paulo, no bairro Jardim das Oliveiras, divisa com a Cidade de Itaquaquecetuba, nossa escola apresenta as óbvias dificuldades relativas à precariedade de acesso das periferias da cidade. Diante das condições socioeconômicas que cercam nossa realidade, propõe-se, por meio do Projeto Político-Pedagógico, o debate permanente sobre as questões identitárias que buscam equiparar direitos sociais historicamente negados à população dessa região.

Desse modo, os saraus e *slams*, produzidos nesse canto da cidade, configuram-se como lugares de enunciação, centralidade, ação e subversão das velhas formas legitimadas de arte. Por esse motivo, a experiência de um **Sarau das Mulheres** com foco no **protagonismo de mulheres negras** reverbera o estado de protesto dos núcleos que já produzem mensagens de resistência, por meio da literatura.

Ao propor a resignificação do lugar da mulher na sociedade brasileira e a reflexão sobre pautas históricas e urgentes de mulheres negras ao longo da história do Brasil, o Sarau tensionou um giro decolonial que, tanto os movimentos negros, quanto feministas e sociais têm realizado a fim de contar a história de um Brasil desigual. O evento foi realizado no início do mês de abril e envolveu todas as séries do ensino fundamental II, do 6º ao 9º ano, a partir de um processo que se iniciou no mês de fevereiro, abarcando todo primeiro bimestre do ano letivo. Durante esse período, oferecemos a leitura de biografias, contos, poemas, filmes, canções e documentários que pudessem situar o debate sobre o feminismo negro na história. As aulas focaram nas leituras de *Quarto de despejo* e *Biografias de mulheres brasileiras*, além de contos, poemas e letras de música, todos tratados em seus contextos históricos e sociais, expandindo o conhecimento das(os) estudantes sobre o movimento feminista negro e os movimentos antirracistas em todo o mundo, além das características intrínsecas da literatura negro-brasileira, escrita exclu-

sivamente sob o ponto de vista dos sujeitos negros/as. Na literatura negra ou afro-brasileira, personagens negros, autores negros e leitores negros, incorporados por elementos culturais africanos e pela subjetividade da experiência da negritude, passam a ocupar um lugar étnico no discurso. A literatura escrita por mulheres negras possibilita mudanças nos paradigmas estéticos, sociais e ideológicos da literatura brasileira, trazendo em si uma espécie de antídoto contra o racismo.

Esse movimento articula-se principalmente à Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, incluindo no currículo oficial brasileiro a obrigatoriedade da temática da História e Cultura Afro-Brasileira. A partir dela, tornou-se obrigatório o ensino de História e Cultura africanas, bem como a luta e a cultura dos negros no Brasil e a contribuição social, econômica e política do povo negro. Tais conteúdos passaram a ser prioridade nas áreas de Artes, Literatura e História, e o 20 de novembro tornou-se data comemorativa da consciência negra, uma referência à morte de Zumbi dos Palmares. No texto da lei, o uso dos termos cultura negra e povo negro atentam para força enunciativa dessas expressões, que tem uma dimensão política imensurável, segundo professor Luis da Silva Cuti (2010).

Muito mais que resultado de uma política afirmativa de governos progressistas, o advento da Lei no 10.639/2003 é fruto de profundos esforços da intelectualidade negra brasileira e dos movimentos sociais (GOMES, 2019) e toca numa ferida aberta do povo brasileiro, o racismo. É um momento ápice das lutas engendradas por estes intelectuais para promover a ampliação de acesso aos conhecimentos da intelectualidade negra. Além disso, o advento da lei é um passo importante no que diz respeito à consolidação de um direito que representa toda trajetória de enfrentamento da hegemonia das epistemologias eurocentradas, heteronormativas, brancas e atualização dos conhecimentos que o povo negro deveria acessar sobre suas

histórias, lutas, origens. No que diz respeito ao ensino, passa pela necessidade de alfabetização da população mais vulnerável para que esta possa acessar os debates raciais restritos às elites intelectuais. Quanto ao ensino de literatura, é também cenário propício para o enfrentamento do cânone literário marcado e para a valorização da literatura não consagrada pela crítica autorizada.

Os relatos a seguir, sobre a experiência de leitura e performance na escola, expressam as subjetividades provocadas ao longo do processo, possíveis na construção coletiva desse espaço de possibilidades:

“O sarau das mulheres me marcou muito, principalmente a parte dos poemas. Porque mulheres se expressaram sobre o que elas pensam sobre a sociedade”,

“A história da Liberata e outras mulheres negras que fizeram diferença no mundo e inspiram outras mulheres”,

“Primeiro ler sobre Rute de Souza, segundo a gente leu sobre os direitos das mulheres negras, terceiro também lemos poemas”,

“A representatividade dos livros”,

“A batalha das mulheres”,

“A liberdade das mulheres”,

“A importância que as mulheres têm para a professora, o que nos levou a fazer um ‘sarau das mulheres’.”

“Eu gostei bastante dessa homenagem e foi muito marcante pra mim, pois nunca tinha visto tal coisa no ambiente escolar”,

“Me marcou, minha apresentação, porque foi a primeira vez que toquei em público”,

“Eu aprendi sobre o livro das mulheres brasileiras”.

(Relatos dos estudantes do Ensino Fundamental II, da EMEF Vicente Amato Sobrinho).

As leituras realizadas com alunos e alunas do Vicente Amato foram um mergulho na história de mulheres brasileiras representativas como Elza Soares, Clementina de Jesus, Carolina Maria de Jesus, Laudelina Campos Melo, Rute de Souza, Dandara e tantas outras. Durante o processo, nomes como esses ti-

veram reconhecimento imediato de nossos(as) estudantes. Além de ler e relatar sobre suas vidas ao longo do bimestre, eles(elas) também se viram autorizados(as) a produzir poemas, ilustrações e canções baseadas nas narrativas de mulheres negras, que foram lindamente apresentados durante o evento.

Embora se possa explorar com muito mais afinco os relatos coletados na semana do Sarau das mulheres na escola, é possível perceber que essa experiência possibilita uma série

de análises e reflexões que certamente não passam despercebidas para os(as) estudantes. Acreditamos que não seja possível pensar nossa prática sem problematizar as condições históricas da produção literária no Brasil, bem como não considerar as características sociais e culturais das escolas públicas e periféricas. Validar as subjetividades de nossos(as) estudantes no contexto das discussões contemporâneas de raça e gênero, no limite, produz novos sentidos para educação.

Referências

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. São Paulo: Autêntica, 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Brasília. DF, 2003.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. In: CONFERÊNCIA PRONUNCIADA NA XXIV REUNIÃO ANUAL DA SBPC. São Paulo, 1972.

CUTI, Luiz Silva. **Literatura Negro-Brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

PEREIRA, Simone dos Santos; NASCIMENTO, Iracema Santos do. **Literatura infantil com personagens negras: narrativas descolonizadoras para novas construções identitárias e de mundo**. Revista Espaço Pedagógico, v. 27, n. 2, p. 481-496, 2020.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. São Paulo: Vozes, 2019.

SOUZA, Florentina de. Cadernos Negros: literatura afro-brasileira?. In: PEREIRA, Edimilson de Almeida (org.). **Um tigre na floresta dos signos: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza, 2010. (Coleção Sete falas).

